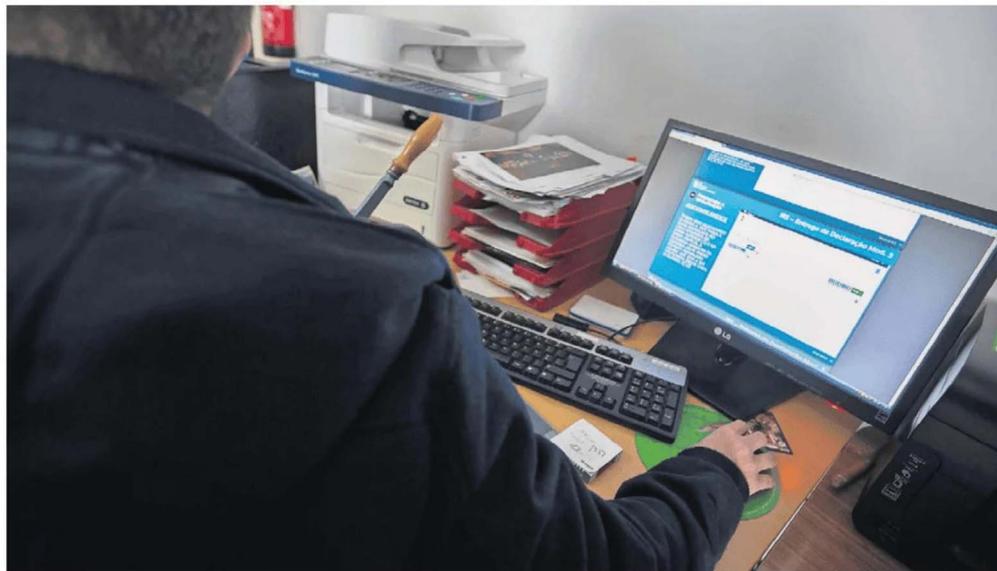




ID: 117896167

27-06-2025

Alívio de impostos já este ano pode resultar em reembolsos menores em 2026



Alívio fiscal poderá concretizar-se em setembro e outubro, previu o Governo na semana passada

Com mais dinheiro no bolso, famílias terão de adiantar menos ao Estado. PSD está confiante no apoio do PS e Chega

Inês Malhado e Sara Gerivaz sociedade@jn.pt

IRS A redução entre 0,4% e 0,6% das taxas de IRS vai permitir às famílias levarem mais dinheiro para casa, mas o alívio fiscal poderá resultar em reembolsos mais pequenos no próximo ano. Tal é justificado com o reajuste que será feito nas tabelas de retenção na fonte, ou seja, no imposto que os contribuintes adiantam todos os meses ao Estado através de uma redução no seu rendimento, que o Governo pretende “aproximar o mais possível!” do total de imposto a pagar anualmente. A expectativa do Governo

Simulações de IRS

Valores em euros

Rendimento bruto mensal

Poupança face ao OE 2025

Poupança face a março de 2024

FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

	Soiteiro sem filhos	Casal com 2 filhos (cada um)	Casal sem filhos (cada um)	Pensionista sem filhos
Rendimento bruto mensal	1500	2000	3000	1000
Poupança face ao OE 2025	83	248	414	34
Poupança face a março de 2024	347	1133	1514	352

INFOGRAFIA JN

é que o Parlamento aprove o mais rápido possível a baixa de impostos, de modo a poder concretizar o alívio fiscal em setembro e outubro. A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) adverte que, ainda sem as novas tabelas de retenção, não é possível calcular os efeitos que poderão ter nos reembolsos, mas salienta que o caminho que o Governo está a seguir é “o ideal” e alerta para a necessidade de os portugueses gerirem a expectativa em relação ao

valor a receber. “A aproximação [entre o valor retido e aquele que é devido no final] faz com que o reembolso seja menor ou até se tenha de pagar imposto porque o Estado deixa de ter o dinheiro do seu lado. Passa a estar no bolso do contribuinte, mês a mês”, sublinha Paula Franco, frisando que nenhum contribuinte sai prejudicado. A Deco Proteste considera que a redução do imposto “fará diferença no orçamento mensal”, mas destaca que, com menos im-

posto retido todos os meses, “é importante que os consumidores façam um maior planeamento do orçamento ao longo do ano”. O organismo recorda que, aquando da entrega da declaração de IRS deste ano, muitos portugueses foram surpreendidos com reembolsos mais pequenos e até pagamentos, algo que deverá voltar a acontecer em 2026, já que o modelo é semelhante.

Em linha com o Governo, a bastonária da OCC considera que a medida é “corre-

FRASE

Paula Franco

Bastonária da Ordem dos Contabilistas

“É preciso acabar com o mito de que não ter reembolso ou ter de pagar imposto no final significa que os impostos estão a subir. Não é justo, porque os impostos têm estado a descer”

Magda Canas

Especialista em assuntos fiscais da Deco Proteste

“Os contribuintes vão adiantar menos dinheiro ao Estado nos seus descontos mensais, pelo que é muito provável que tenham direito a receber menos [de reembolso do IRS] em 2026”

SABER MAIS

Famílias abrangidas

A descida de impostos deverá beneficiar cerca de 3,4 milhões de famílias. Segundo a Autoridade Tributária, mais de 2,5 milhões de agregados foram dispensados do pagamento de IRS, em 2023.

Carga fiscal

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a carga fiscal continua acima do período pré-troika. No ano passado, a soma dos impostos e das contribuições correspondeu a 35,7% do PIB. Em 2010, o ano antes da assistência financeira, a proporção ficou-se nos 30,4%.

ta e justa” por abranger os rendimentos até ao 8. escalão do IRS, beneficiando a “pura classe média portuguesa, que paga muitos impostos”.

Já alguns partidos da Oposição manifestaram esperar abertura do Governo para considerar alterações na proposta. Ainda não há data para a discussão. Mesmo assim, o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, disse não ter dúvidas de que o PS e o Chega terão “a responsabilidade de não só aprovarem as medidas”, mas também de permitirem que este processo legislativo seja “célere”.

André Ventura disse estar disponível para negociar, se o Governo aceitar descer mais nos escalões mais baixos e aumentar as deduções fiscais com saúde e habitação. Já Pedro Delgado Alves, do PS, disse que o seu partido vai olhar para a proposta para se poder posicionar, afirmando apenas que os socialistas “tendem a privilegiar a justiça fiscal e o equilíbrio”.

AGRAVA DESIGUALDADES

Para a IL, a descida do imposto é “insuficiente” e “não resolve absolutamente nada da vida das pessoas” por resultar em alívios mensais baixos. Mariana Leitão referiu que o partido irá aferir se “há disponibilidade para haver alguns acertos”.

Livre e PCP consideraram que a medida agrava desigualdades. A líder bloquista, Mariana Mortágua, concretizou que o partido pretende insistir na dedução dos juros dos créditos à habitação, a partir de 2011. Já Inês de Sousa Real, porta-voz do PAN, espera que a baixa do IVA sobre os bens essenciais seja discutida. ●